

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020**  
(Do Sr. BOSCO COSTA)

Requer informações ao Sr. Ministro de Estado da Infraestrutura referentes a preços de passagens aéreas.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Infraestrutura, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao comportamento dos preços das passagens aéreas nos últimos anos, em especial nos doze meses posteriores à adoção da cobrança pelo despacho da bagagem.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em dezembro de 2016, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) editou a Resolução nº 400 para, entre outras disposições, permitir que os passageiros levem consigo até dez quilos de bagagem de mão. Por outro lado, nesse mesmo normativo, a Anac admitiu a cobrança pelo despacho das bagagens transportadas no porão das aeronaves.

Em reportagem publicada pela imprensa no começo deste mês, o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou que os preços das passagens aéreas estavam começando a cair, em razão de suposto equilíbrio entre a oferta e a demanda pelos serviços de transporte aéreo. Os números que comprovariam essa queda de preço, porém, não foram divulgados pelo Ministro ou pela Anac.

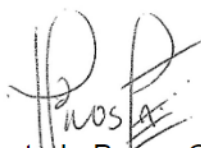
Muitas entidades, principalmente ligadas à defesa do consumidor, têm contestado essa suposta redução de preços, utilizada como

justificativa para a cobrança pelo despacho de bagagens. Alegam que não houve qualquer redução no preço das passagens aéreas a partir da cobrança pelas bagagens despachadas, muito pelo contrário, em alguns casos os preços até se elevaram, sem justificativa plausível.

Diante dessa controvérsia, entendemos de fundamental importância o acompanhamento do Poder Legislativo com relação aos impactos da liberação da cobrança de bagagens despachadas no comportamento dos preços dos serviços públicos de transporte aéreo.

Nesse sentido, vimos por meio deste requerimento solicitar a esse Ministério, ao qual se vincula a Agência Nacional de Aviação Civil, que informe a esta Casa, de forma detalhada, sobre o comportamento do preço das passagens nas principais ligações aéreas do território brasileiro, desde o ano anterior à implementação da Resolução nº 400 da Anac até o mês de dezembro de 2019.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.



Deputado Bosco Costa